VINÍCIUS LUMMERTZ

Ex-ministro do Turismo e ex-presidente da Embratur

O ajuste que falta ao Brasil

O debate público brasileiro dá, corretamente, grande peso ao ajuste fiscal. Mas a saída exige uma combinação que ainda discutimos pouco: contas públicas sustentáveis e desregulação responsável. Reformas. Eliminar exigências inúteis, reduzir incertezas e regular melhor pode destravar investimentos sem cortar benefícios sociais.

Nos doze meses até agosto, os juros públicos somaram R$ 1,182 trilhão, ou 8,86% do PIB. A conta avança sobre o futuro: em 28 de outubro, o contrato de juros para janeiro de 2031 fechou em 14,970% ao ano. A taxa pode mudar, mas revela o retorno exigido para assumir os riscos de financiar o país.

Sobre uma dívida bruta de R$ 11,1 trilhões, um ponto percentual a menos no custo médio anual equivaleria, por cálculo ilustrativo sobre todo o estoque, a R$ 111 bilhões. O efeito depende dos indexadores e do refinanciamento: a economia aparece gradualmente e não pode ser gasta por antecipação.

Armínio Fraga advertiu, em julho, que considerava provável uma recessão em 2027, citando a inadimplência e a dificuldade de refinanciar dívidas. Precisamos agir antes que o Brasil volte a beijar a lona para aceitar reformas, como ocorreu na crise do governo Dilma.

Há, em setores do PT, um negacionismo que ignora limites ao gasto e cobra juros menores do Banco Central. No governo Dilma, com Alexandre Tombini presidindo o BC, a Selic caiu de 12,5% para 7,25% entre 2011 e 2012, mas a redução não se sustentou. Desequilíbrios fiscais, intervenções, perda de confiança, crise política e fatores externos contribuíram para a recessão que retirou cerca de 6,7% do PIB em 2015 e 2016.

Em julho, Serasa e Serasa Experian registravam quase 84 milhões de pessoas e 9,2 milhões de empresas inadimplentes, com R$ 825 bilhões em pendências. É a parcela negativada, não a dívida total, de uma economia com pouca margem para consumir e investir.

Rita Mundim alerta para os limites de estimular consumo e crédito numa sociedade endividada. Não há mais espaço para insistir no crowding out, a absorção pelo Estado de recursos que poderiam financiar a economia privada. Famílias e empresas têm pouca margem para sustentar essa disputa. Com poupança nacional de apenas 14,4% do PIB em 2025, invocar Keynes não cria os recursos nem a credibilidade que faltam.

Os juros altos também elevam o custo de oportunidade: uma fábrica, um hotel ou uma concessão precisam oferecer retorno que compense seus riscos diante das alternativas financeiras. Projetos deixam de sair do papel, levando consigo empregos e renda. A poupança externa pode complementar a interna, mas sua atração em melhores condições exige confiança. A falta de investimentos no presente projeta a inflação do futuro.

Felipe Salto propõe aprovar rapidamente um plano de ajuste e executá-lo gradualmente durante quatro anos, reduzindo o risco de recessão. Os agentes precisam acreditar na suficiência das medidas, no apoio do Congresso e no cumprimento do cronograma. Sem credibilidade, o gradualismo perde a capacidade de antecipar alívio nos juros.

Melhorar o ambiente de negócios reforça essa confiança. No índice Fraser de 2026, baseado em dados de 2024, o Brasil ficou em 85º entre 165 países e territórios em liberdade econômica e em 141º no componente de regulação. Na competitividade do IMD de 2026, ocupa o 65º lugar entre 70 economias.

Nos Estados Unidos, a One Big Beautiful Bill ampliou incentivos tributários ao investimento, enquanto o governo adotou medidas para acelerar licenciamentos. Na União Europeia, a Comissão propõe reduzir encargos administrativos em 25%, e em 35% para pequenas e médias empresas, até 2029. Até a China ficou à frente do Brasil no Doing Business 2020: 31º lugar, contra 124º, na última edição do levantamento, depois descontinuado.

O Brasil regula muito, regula mal e precisa regular bem: seguir os melhores exemplos internacionais, eliminar exigências duplicadas, coordenar órgãos e dar previsibilidade às decisões, preservando a proteção social e ambiental.

O paradoxo brasileiro é que nossas deficiências também mostram onde podemos avançar. Parte do crescimento está bloqueada por obstáculos que nós mesmos criamos e podemos remover. Há capital buscando destinos seguros e, diante dos conflitos na Europa e no Oriente Médio, o Brasil tem vantagens geopolíticas a aproveitar com segurança jurídica e econômica.

O ajuste fiscal precisa reduzir o risco de financiar o Estado; a regulação qualificada, o custo de investir e produzir. Essa combinação exige entendimento entre os Poderes e proteção aos mais vulneráveis. O gradualismo pode estar na execução; a decisão de mudar precisa ser imediata.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

Brasil errou

Definida a sucessão presidencial, pouca coisa vai mudar no Brasil nos próximos anos. E a escolha de ontem tinha poucas diferenças sobre o que realmente poderia interessar aos altos interesses nacionais.

O presidente Lula já tomou posse em campanha pela reeleição. Não dividiu o governo optando por cooptar deputados para ter maioria no Parlamento e distribuindo benesses e as tais emendas que acabaram crescendo tanto que não sobrou dinheiro para fazer nada. Assim, optou pelo endividamento do setor público, que deve desembocar agora em inflação, fruto dos déficits das contas públicas.

A oposição ligada a Bolsonaro, formada por gente, na sua maioria, despreparada, pouco acrescentou ao debate nacional; teve muita política, mas nenhum projeto econômico. Os ministros que deram a Bolsonaro um mandato positivo – como Paulo Guedes, da Economia, Tereza Cristina, da Agricultura e Pecuária, e Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura – ficaram em posição discreta por serem políticos e técnicos de postura mais austera.

Mas a crise na economia é prevista de tal tamanho que pode atrapalhar até o crescimento do país, que tem sido grande nas exportações de produtos primários.

Estamos com dívida alta, impostos altos, baixo consumo interno, falta de mão de obra qualificada e uma crise na segurança pública que já leva mais de quatro milhões de famílias a morarem fora. São pouco mais de dois milhões nos EUA, mais de meio milhão em Portugal, um milhão e meio no resto da Europa, mais de 500 na Argentina e Paraguai e até na Ásia.

Muitas empresas estão vendendo ativos no Brasil. Há crise na economia e na política, pois os conservadores terão ampla maioria no Parlamento. Na política internacional, existe a bobagem de brigar com o mais antigo e leal aliado do Brasil, que são os EUA. O país terá de esperar ou confiar no imponderável e imprevisível. Triste!

EDUARDO PAZUELLO

General e deputado federal

Meu caro amigo Flávio Bolsonaro

Escrevo-lhe esta carta com a mão pesada e o peito apertado pela saudade e pela gravidade dos dias que vivemos. Como generais e homens de missão, aprendemos no Exército a enfrentar a tempestade de frente, mas há momentos na vida em que o verdadeiro ato de bravura é saber recuar para proteger o que há de mais sagrado: a liberdade, a família e o futuro do nosso país.

Ainda me lembro, meu amigo, daqueles dias angustiantes que precederam a sua partida. O ar na capital estava irrespirável. A perseguição implacável, o cerco se fechando a cada decisão judicial e o peso desproporcional do Estado tentando sufocar você e sua família.

Víamos a história ser reescrita diante dos nossos olhos pela força do arbítrio.

Como seu companheiro de lealdade irrestrita, vi no seu olhar não o medo, mas a dor sincera de ter que deixar para trás a terra que você tanto defendeu e ama.

A operação da sua ida para os Estados Unidos foi, para todos nós que ficamos no apoio, um teste para o coração.

Cada detalhe, cada rota, cada caminhar...

Tudo foi vivido sob uma tensão sufocante.

A necessidade de sigilo absoluto, o embarque silencioso, a incerteza do amanhã.

Lembro-me exatamente do momento em que recebi a confirmação de que o seu avião havia tocado o solo americano, cruzando o espaço aéreo para a segurança de Miami.

Respirei fundo e elevei uma prece aos céus.

Naquele instante, um misto de alívio e profunda tristeza me tomou. Alívio por saber que você estava a salvo das garras de um sistema faminto por vingança; tristeza por saber que a distância física se impunha entre nós.

Sua ida não foi uma desistência, Flávio, meu irmão.

Foi uma manobra estratégica de sobrevivência!

Na doutrina militar, aprendemos que quando as forças inimigas cercam injustamente uma posição sem dar direito à ampla defesa, a preservação do líder é a garantia de que a luta continuará amanhã.

Daqui do Brasil, acompanho cada passo seu em solo americano. Sei o quanto dói estar longe do calor da nossa gente, das nossas reuniões, do abraço dos amigos de farda e de ideal: você é amado por mais de 60 milhões de brasileiros!

Sei o peso de ver o país de longe, com o coração partido por não poder caminhar livremente pelas ruas pelas quais você tanto lutou.

Aqui na retaguarda, cara, continuamos de pé, segurando a trincheira.

Mas a casa parece mais vazia sem a sua presença e a sua voz firme nas articulações.

Guardo comigo a lembrança do nosso último aperto de mão, do abraço fraterno e da promessa silenciosa de que este exílio forçado é apenas um capítulo temporário de uma história muito maior.

Mantenha a cabeça erguida na América.

A história é uma juíza implacável e o tempo se encarregará de colocar cada fato em seu devido lugar, limpando a poeira da injustiça e revelando o sacrifício daqueles que preferiram o exílio à rendição.

Que Deus continue guardando seus passos, protegendo sua família em solo estrangeiro e dando forças para aguentar essa travessia no deserto.

A distância é grande, mas a nossa lealdade e o nosso ideal permanecem inabaláveis.

Com o profundo respeito, a fraternidade de sempre e a lealdade de um soldado.